

A RELEVÂNCIA INFORMACIONAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA) NA PRECIFICAÇÃO DAS EMPRESAS FINANCEIRAS ABERTAS

Cristiano Angulski De Lacerda - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Fabiana Palazzo Barbosa - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Tarcisio Saraiva Rabelo Junior - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Fabiana Lopes Da Silva - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Marta Cristina Pelucio Grecco - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Resumo

As normas internacionais de contabilidade incorporaram a divulgação de outros resultados abrangentes (ORA), os quais representam ganhos e perdas futuros e remensurações de itens de balanço que não transitam em resultado do período até que sejam realizados, mas que afetarão o desempenho da entidade e capacidade de gerar resultados futuros. O objetivo do estudo foi investigar a relevância informacional de ORA na precificação, pelo mercado, das empresas listadas do setor financeiro brasileiro no período de 2015 a 2019. O foco em setor financeiro é proposital, pois, por apresentar características particulares, esse setor é geralmente excluído da maioria dos estudos para fins de comparabilidade das amostras. Utilizando o modelo de Ohlson (1995), identificou-se para uma amostra de 7 bancos listados na B3 que o ORA apresentou relação estatisticamente significativa com o valor de mercado das instituições no período analisado. As evidências corroboram a importância do ORA para o entendimento da condição da entidade na tomada de decisão de investidores e contribuíram para evidenciar que as estratégias de gerenciamento de riscos e assimetrias de balanço realizadas pelos administradores das empresas do setor financeiro, as quais possuem impacto em rubricas contábeis de ORA, são percebidas pelos usuários da informação.

Palavras-chave: Relevância Informacional, Outros Resultados Abrangentes, OHLSON

Abstract

The international accounting standards incorporated the disclosure of Other Comprehensive Income (OCI), which represents future gains and losses and measurements of balance items that are not recognized in the income statement of the current period, but will affect the performance of the entity and its results in a future time. The objective of the study was to investigate the informational relevance of OCI in the market pricing of financial institutions listed in the Brazilian market (B3) from 2015 to 2019. The focus on the financial sector is intentional because, as it presents specific characteristics, this sector is generally excluded from most of the studies for purposes of comparability of samples. Using Ohlson's model (1995), it was identified for a sample of 7 banks listed in B3 that the OCI presented a statistically significant relationship with the market value of the institutions in the period assessed. The evidence corroborates the importance of the OCI in the investor's decision making process where it serves as a tool to better understand the entity's condition and contributes to show that risk management strategies and balance sheet asymmetry measures carried out by managers in financial companies are perceived by the users of the information.

Keywords: Value Relevance, Other Comprehensive Income, OHLSON

A RELEVÂNCIA INFORMACIONAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA) NA PRECIFICAÇÃO DAS EMPRESAS FINANCEIRAS ABERTAS

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de desenvolver um padrão contábil conceitualmente sólido, que abordasse questões mais amplas relacionadas ao relato das informações financeiras, o *International Accounting Standards Board* (IASB), em 2007, revisou a *International Accounting Standards I* (IAS 1) que trata da apresentação das informações financeiras, e incluiu a demonstração de Outros Resultados Abrangentes (ORA) em seu conjunto de demonstrações financeiras. O ORA inclui todas as mutações do patrimônio líquido que não se confundem com as operações entre a empresa e seus proprietários, ou seja, o resultado abrangente, além do resultado do exercício, contemplando ganhos e perdas não realizados que poderão transitar no futuro pelo resultado do exercício e, por conseguinte, afetar os fluxos de caixa futuros. Dessa forma, esse resultado representa uma medida de performance unificada, sendo então um conceito amplo de resultado que se apoia na mensuração do resultado da entidade a partir da variação do patrimônio líquido entre dois períodos.

O resultado abrangente é uma forma de se mensurar o resultado considerando-se mais fatores do que somente a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), para melhor percepção do desempenho financeiro das empresas, pois em ORA são considerados determinados ganhos e perdas que ainda não foram realizados e que possivelmente poderão impactar o lucro líquido e os fluxos de caixa futuros.

Com isso, as normas internacionais de contabilidade foram inseridas no arcabouço contábil brasileiro, com novos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação divergentes dos existentes até então. Dentre essas novas práticas, destacam-se em ORA os ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente no patrimônio líquido decorrentes de remensurações de determinadas rubricas do balanço patrimonial. A utilização normatizada mais ampla da divulgação de resultados no conceito de ORA começou em 2011 com a revisão da norma brasileira, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, onde passou a ser obrigatória a apresentação em separado da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) do período. Apesar da norma internacional IAS 1 facultar que a DRE seja apresentada juntamente com a DRA, a legislação societária brasileira exige que a DRE seja apresentada de forma separada.

O CPC 26 define os outros resultados abrangentes como “itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos do CPC” (CPC, 2011). De acordo com este pronunciamento os itens que compõem o ORA são: variações na reserva de reavaliação dos itens do ativo imobilizado e intangível (CPC 27 e 04, respectivamente); ganhos e perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido (CPC 33); ganhos e perdas decorrentes da conversão de demonstrações contábeis de empresas no exterior (CPC 02); ganhos e perdas na mensuração a valor justo de instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (CPC 48); ganhos e perdas referentes à parcela efetiva de hedge de fluxo de caixa (CPC 38 e CPC 48).

Alguns estudos buscaram descobrir se o resultado abrangente como indicador financeiro geral é relevante, enquanto outros buscaram demonstrar a relevância dos componentes do ORA não registrados na apuração do lucro líquido. Kanagaretnam et al. (2009), por exemplo, testaram a pertinência dos componentes do resultado abrangente numa amostra de empresas canadenses entre 1998 e 2002. Os autores validaram a hipótese de relevância, mas constataram que o resultado líquido possuía um valor preditivo superior a todos os outros componentes do ORA. Os autores atribuíram a superioridade do resultado líquido, ao caráter transitório dos

outros resultados abrangentes. Então, se um resultado transitório tem menos utilidade que um resultado operacional e recorrente, o resultado líquido será sempre mais relevante que o resultado abrangente para a elaboração de previsões.

Madeira e Costa Junior (2015) testaram a relevância da informação contida em ORA para uma amostra final de 40 empresas brasileiras integrantes do IBOVESPA com dados divulgados dos exercícios sociais de 2010 e 2011, pois 2010 foi o primeiro ano em que as companhias abertas foram obrigadas a divulgar suas informações contábeis em IFRS no Brasil. A amostra excluiu as empresas do setor financeiro. Neste estudo, os autores não encontram evidências de que o ORA possuía alguma relevância na precificação das ações pelo mercado brasileiro, o que foi contra a hipótese inicialmente levantada no estudo e contra resultados obtidos em estudos anteriores nos Estados Unidos e Canadá. Os autores levantaram possíveis explicações, como a recente adoção da divulgação de ORA pelas empresas brasileiras ainda não ser familiar aos usuários, que desconsideravam o seu conteúdo informacional, bem como a baixa qualidade de evidenciação por parte das empresas – portanto o ORA ainda não influenciaria o mercado, não era *value relevant*.

Após mais de 10 anos da adoção da prática em IFRS e da divulgação de ORA, espera-se que o mercado e os demais usuários das demonstrações contábeis tenham se familiarizado com o conteúdo informacional do ORA. Mais especificamente no setor financeiro, onde Instituições Financeiras e Seguradores divulgam informações em ORA como resultado de sua estratégia e gerenciamento de riscos, a questão que buscamos responder é: **qual a relevância informacional do ORA na precificação pelo mercado das empresas listadas do setor financeiro brasileiro?**

O objetivo do estudo é investigar a relevância informacional de ORA na precificação, pelo mercado, das empresas listadas do setor financeiro brasileiro no período de 2015 a 2019. O foco em setor financeiro é proposital, pois, por apresentar características particulares, esse setor é geralmente excluído da maioria dos estudos para fins de comparabilidade das amostras.

Este estudo se justifica em contribuir com o entendimento da importância dada pelos investidores aos outros resultados abrangentes, através da sua precificação pelo mercado de ações. A geração de demonstrações complementares à DRE é trabalhosa para as empresas e gera um nível de detalhamento mais aprofundado e prospectivo que, em teoria, ajudaria os investidores a entender melhor a condição da empresa na tomada de decisão. Uma forma prática de validar a importância do ORA é medindo o seu *value relevance*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito do resultado abrangente foi normatizado pela primeira vez com a emissão, pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), do SFAS 130 – *Reporting Comprehensive Income*, em 1997. Apesar da normatização razoavelmente recente, a discussão sobre medida de desempenho das empresas data da década de 1930, com profissionais favoráveis à utilização do resultado abrangente por demonstrar de forma completa todas as mutações dos ativos líquidos da empresa e, por outro lado, profissionais favoráveis a demonstração do lucro operacional corrente, para que os eventos extraordinários ou futuros não afetassem de forma direta as projeções de fluxos de caixa (Batista et al., 2017).

O IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* emitido pelo IASB permitiu que as entidades escolhessem a melhor forma de apresentação de ORA, seja por meio de demonstrações separadas da DRE e DRA, seja por meio de uma DRA que contém a própria DRE. O CPC 26, ao recepcionar o IAS 1, enfatiza que de acordo com a legislação societária no Brasil, é requerido a adoção de duas demonstrações separadas, pois a DRE é, por lei, mandatória.

2.1 Value relevance na contabilidade

O estudo de *value relevance* busca medir a relação de variáveis contábeis relacionadas ao Lucro Líquido e Patrimônio Líquido de uma entidade com o preço de sua ação e foi inicialmente introduzido por Ball e Brown (1968) e Beaver (1968), os quais testaram empiricamente a relação entre o lucro contábil e o retorno da ação.

Posteriormente, Holthausen e Watts (2001) classificaram os estudos de *value relevance* em três categorias. A primeira é a de estudos de associação relativa, na qual se investiga como os retornos de ações são associados a informações financeiras contábeis em diferentes padrões normativos. A segunda, é de estudos de associação incremental, na qual os números contábeis são avaliados para explicar se há associação com retorno de ativos em períodos mais longos e com incremento de outras variáveis. A terceira, é a de estudos de incremento de informação, na qual se avalia se uma determinada informação contábil agrega conteúdo às informações divulgadas ao mercado.

2.2 Estudos realizados em mercados internacionais

Diversos estudos foram realizados para avaliar quais são as medidas mais relevantes na avaliação do desempenho das empresas que impactam a precificação de suas ações.

Segundo Dhaliwal et al. (1999), não se pode afirmar que os resultados abrangentes são mais relacionados com o retorno das ações do que o Lucro Líquido (LL). Além disso, identificaram que o único componente de ORA que melhora a associação entre receita e retorno é o ajuste a valor justo de instrumentos disponíveis para venda e esta observação se deu de forma relevante no setor financeiro.

Por outro lado, Karagaretnam et al. (2009), ao investigar se as empresas canadenses listadas no mercado americano que divulgaram ORA promoviam relevância informacional incremental ao mercado de capitais, encontraram evidência de que os componentes de ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda e o *hedge* contábil de fluxo de caixa são significativamente associados com preço e retorno de ações. Adicionalmente, identificaram que a demonstração agregada de Lucro Abrangente (LA) é mais fortemente associada ao preço e retorno das ações do que somente o LL. No entanto, concluíram que o LL é uma melhor medida de predição de lucros futuros do que o LA.

Chambers et al. (2007) evidenciaram a relevância de ORA após a implementação do SFAS-130 na precificação de ativos e, dentre todos os componentes de ORA, o ajuste acumulado de conversão e os ganhos e perdas não realizados em instrumentos disponíveis para venda são os considerados por investidores na precificação das ações.

Mais recentemente, Harasheh et al. (2020), investigaram o impacto de ORA em três dimensões: preço, retorno e volatilidade das ações de empresas europeias do INDEXX 50. Os autores concluíram que não houve associação significativa do ORA com o preço da ação, que o mercado de capitais não percebe o ORA como influenciador dos retornos e que a volatilidade do ORA está diretamente relacionada com a volatilidade das ações, devido a presença de mudanças em valor justo em componentes de ORA, inferindo-se que quanto maior a volatilidade em ORA, maior o risco inerente.

2.3 Estudos realizados no mercado brasileiro

No âmbito da pesquisa no mercado de capitais brasileiro, Curcino et al. (2014) investigaram o impacto da evidenciação do resultado abrangente ao compararem dois indicadores de rentabilidade, o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e o lucro por ação (EPS), utilizando o LL e o LA de companhias brasileiras listadas no índice Bovespa. Os autores concluíram que não há diferença significativa entre o ROE e EPS calculados com base no LL e LA, muito embora algumas empresas passaram por maior volatilidade nesses indicadores em função da forma de cálculo utilizada.

Madeira e Costa Junior (2015), utilizando o modelo de Ohlson (1995), constaram que o ORA não possuía relação estatisticamente significativa com o valor de mercado das empresas que compunham o índice Bovespa no período analisado logo após a adoção das IFRS. Neste estudo, os autores trabalharam com uma amostra que não continha empresas do setor financeiro.

Batista et al. (2017) analisaram se as informações contábeis do LL, do LA e do Fluxo de Caixa Operacional (FCO) são relevantes na explicação de variações ocorridas no preço da ação de empresas listadas na bolsa brasileira. A amostra estudada excluiu as empresas financeiras por entender que este setor possui regulamentação específica e os exercícios analisados foram de 2010 a 2013. Os autores concluíram que o LL se mostrou mais relevante, seguido pelo LA e, por fim, do FCO e justificaram que este resultado pode estar associado ao fato de que o lucro atende a diversas demandas dos investidores na medida de desempenho das empresas.

Nota-se que alguns estudos internacionais incluíram na amostra as empresas do setor financeiro, porém, nos estudos de empresas no mercado de ações brasileiras, não houve amostra que contivesse esse setor, sendo que muitas vezes a razão mencionada é a de que o setor financeiro segue regulamentação contábil específica, a do Banco Central do Brasil (BACEN) para as instituições financeiras e equiparadas e a da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), mas que, na sua essência, não diverge da teoria e da perspectiva de representação econômica que se pretende alcançar com o ORA.

3 METODOLOGIA

No entendimento de Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa aqui proposta apresenta estas características e, portanto, pode ser classificada quanto ao seu objetivo como descritiva.

Raupp e Beuren (2006) conceituam como documental aquela pesquisa cujo procedimento baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Um de seus méritos é verificar fatos passados que possam ser úteis como registro de memória e, mais importante, ajudar no presente a vislumbrar tendências futuras. Mais especificamente dentro deste conceito, as pesquisas classificadas como *archival* tem como característica a utilização de banco de dados onde as informações são estruturadas, e de técnicas de análise estatística para examinar questões de pesquisa baseadas na teoria econômica possibilitando previsões. A pesquisa aqui proposta pode ser classificada quanto ao procedimento como *archival*.

Em relação à abordagem de pesquisa, o presente estudo se caracteriza pela abordagem quantitativa, pois se caracteriza pelo uso de instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto no tratamento dos dados a fim de investigar a relação entre variáveis.

Como amostra para o estudo, utilizou-se o banco de dados da Economatica para fazer uma seleção de ações de empresas financeiras listadas na bolsa de valores de São Paulo (B3). Foram selecionadas as seguintes sete instituições em função da sua representatividade e disponibilização dos dados: Banco ABC, Banco do Brasil, Banco Pan, Bradesco, Banco Pactual, Itau Unibanco e Santander.

Os seguintes dados foram coletados para os anos de 2015 a 2019 (período pré-pandemia COVID-19) em cada uma das divulgações trimestrais de resultado das empresas:

- a) Nome da empresa;
- b) Setor de atuação;
- c) Data da divulgação;
- d) Preço de fechamento da ação no mercado um dia após a divulgação;
- e) Patrimônio Líquido;
- f) Valor dos Outros Resultados Abrangentes;

- g) Lucro Líquido;
- h) Quantidade de ações em circulação.

Essas informações foram checadas e validadas manualmente utilizando-se o material de divulgação disponibilizado pelas empresas em seus sítios de relações com investidores.

Para testar a relevância informacional do ORA, selecionou-se as variáveis de Preço da ação, Patrimônio Líquido, ORA e Lucro Anormal por ação.

Para tanto, utilizou-se o modelo de regressão com dados em painel. No referido modelo, utilizou-se o preço da ação como métrica resumo de todas as informações relevantes para os investidores e investiga-se a capacidade de itens do reporte financeiro contábil em explicar esta métrica – esse modelo está consistente com o modelo teórico proposto por Ohlson (1995) e que tem sido vastamente utilizado na literatura.

$$Preço_{i,t} = a_0 + \beta_1 PL_{i,t} + \beta_2 ORA_{i,t} + \beta_3 LA_{i,t} + e_{i,t} \quad (\text{Equação 1})$$

Onde a variável dependente (Preço – da empresa i, no momento t) é a cotação de fechamento da ação logo após a publicação da divulgação de resultados, PL é o patrimônio líquido dividido pelo número de ações, ORA é resultado abrangente por ação e LA é o lucro anormal por ação. O patrimônio líquido, o resultado abrangente por ação e o lucro anormal por ação, são as variáveis independentes explicativas na Equação 1. O $e_{i,t}$ representa o termo de erro.

Segundo Cameron e Trivedi (2010) e Fávero et al. (2009), a regressão linear múltipla com dados em painel combina características de dados em corte transversal (em inglês, *cross section*) e séries de tempo. Isto é, a regressão com dados em painel busca capturar tanto a variação ao longo das unidades (*cross section*), quanto a variação ao longo do tempo.

Inicialmente foi realizado os testes Chow, Breusch Pagan e Hausman para a definição do modelo mais adequado de acordo com o tipo de regressão múltipla para os dados em painel proposto neste estudo (POLS, efeitos fixos e efeitos aleatórios).

Para o cálculo do Lucro Anormal (LA) foi utilizado conceito proposto por Ohlson (1995) por meio da seguinte equação:

$$LA_{i,t} = LL_{i,t} - PL_{i,t-1} \times R \quad (\text{Equação 2})$$

Onde, $LL_{i,t}$ representa o lucro líquido da empresa i no período t, $PL_{i,t-1}$ representa o valor do patrimônio líquido da empresa i no ano t-1 e R é o retorno esperado para o capital empregado na companhia onde utilizamos como *proxy* a taxa do título LFT de 252 dias.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis pertencentes à amostra referente aos anos de 2015 a 2019 com periodicidade trimestral.

Tabela 1
Estatística descritiva

	Valor de Mercado (em R\$ milhões)	Patrimônio Líquido PL (em R\$ milhões)	ORA (em R\$ milhões)	Lucro Anormal (em R\$ milhões)
Mínimo	913,8	2.275,9	-5.333,7	-1.795,9
Máximo	297.559,4	138.312,8	3.261,9	6.059,5
Média	82.041,3	61.546,8	-44,3	1.167,7
Desvio padrão	84.845,5	47.057,0	1.144,5	1.568,6

Número de observações	128	128	121	121
-----------------------	-----	-----	-----	-----

O valor de mercado das empresas analisadas varia entre o mínimo de R\$ 913 milhões e um máximo de R\$ 297,6 bilhões com um valor médio de R\$ 82,0 bilhões. O patrimônio líquido das empresas varia entre R\$ 2,3 bilhões e R\$ 138,3 bilhões com um valor médio de R\$ 61,5 bilhões. O valor do ORA varia entre -R\$ 5,3 bilhões e R\$ 3,3 bilhões com um valor médio de -R\$ 44 milhões. Por fim, o lucro anormal varia entre -R\$ 1,8 bilhões e R\$ 6,0 bilhões com valor médio de R\$ 1,1 bilhões.

A primeira etapa da análise de regressão envolveu três modelos: POLS, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios. Todas as regressões foram rodadas com erro padrão robusto e processados pelo *software* GRETL.

Com base nos testes efetuados de Chow (p-valor 0,0000), Breusch-Pagan (p-valor de 0,0000) e Hausman (p-valor de 0,6530) para a identificação do modelo de painel mais adequado (Modelo POLS, Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios). Os resultados sugerem a utilização do modelo de Efeitos Aleatórios.

Tabela 2

Regressão para a variável dependente Preço da Ação (com erro-padrão robusto à heterocedasticidade e autocorrelação - HAC) – Efeitos Aleatórios

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
Const	10,1947	9,17812	1,111	0,2667	
PL_ação	0,0507	0,72506	0,0699	0,9442	
ORA_ação	4,5051	2,22858	2,022	0,0432	**
LAnormal_ação	22,1972	6,88380	3,225	0,0013	***

Nota. *** Significativa a 1%; ** Significativa a 5%.

Na tabela 2, pode-se verificar os coeficientes e seus respectivos p-valor. Tem-se, no caso da variável independente Lucro Anormal por Ação (LAnormal_ação), foi significativa a 1% e a variável independente ORA por Ação (ORA_ação), é significativa a 5%. Os coeficientes são todos positivos o que indica que PL, ORA e LA contribuem para um aumento de preço da ação quando variam positivamente, o que está em linha com o esperado na literatura.

Cabe destacar que foram realizados os testes dos pressupostos, cujos resultados evidenciam ausência normalidade dos resíduos (p-valor 0,0000), ausência de heterocedasticidade pelo teste de White (p-valor 0,5569) e ausência de multicolinearidade dados pelo teste VIF (valores inferiores a 10), conforme tabela 3 a seguir:

Tabela 3

Teste de VIF de multicolinearidade

Variável	Valor
PL_ação	1,330
ORA_ação	1,068
LAnormal_ação	1,312

Assim, contrário ao achado por Madeira e Costa Junior (2015) em período logo após a adoção do IFRS, utilizando-se o modelo de Ohlson (1995) e uma serie de dados entre 2015 e 2019, constatou-se que o ORA possui relação estatisticamente significativa com o valor de mercado das empresas do setor financeiro analisadas. Uma possível explicação é que com o passar do tempo desde a adoção do IFRS no Brasil, o conteúdo informacional do ORA tenha

sido assimilado e incorporado pelo mercado na formação de seus preços. Adicionalmente, o setor financeiro atua fortemente com instrumentos financeiros que exigem estratégias de gerenciamento de riscos e administração de assimetrias de balanço que afetam diretamente os componentes de ORA e expectativas de resultados futuros.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar a relevância informacional dos outros resultados abrangentes de sete bancos brasileiros durante o período de 2015 a 2019. Os itens apresentados em outros resultados abrangentes caracterizam-se por ganhos e perdas não realizados e remensurações de itens do ativo e passivo que afetarão a performance futura das entidades e, por isso, são registrados diretamente no patrimônio líquido. As normas internacionais de contabilidade incorporaram a apresentação desses itens na Demonstração do Resultado Abrangente.

Estudos anteriores avaliaram a relevância informacional do ORA na precificação das ações de companhias listadas no mercado brasileiro, porém excluindo da amostra as entidades do setor financeiro. Similar a metodologia aplicada por Madeira e Costa Junior (2015), por meio da utilização do modelo de Ohlson (1995) foi possível aceitar a hipótese da pesquisa, as variáveis ORA por Ação e Lucro Anormal por Ação mostraram-se estatisticamente significativas ao nível de 5% e 1%, respectivamente, ou seja, identificou-se que os outros resultados abrangentes possuem *value relevance* para o mercado de capitais brasileiro.

Os resultados do estudo corroboram com expectativa de que o ORA é importante para o entendimento da condição da entidade na tomada de decisão de investidores e contribuíram para evidenciar que as estratégias de gerenciamento de riscos e assimetrias de balanço realizadas pelos administradores das empresas do setor financeiro, as quais possuem impacto em rubricas contábeis de ORA, são percebidas pelos usuários da informação.

REFERÊNCIAS

- Ball, R., Brown, P. (1968). An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research*, v. 6, pp. 159-177.
- Batista, T. C., Oliveira, J. F. de, & Macedo, M. A. da S. (2017). Relevância da informação contábil para o mercado brasileiro de capitais: uma análise comparativa entre lucro líquido, lucro abrangente e fluxo de caixa operacional. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(1), 381–408. <https://doi.org/10.18593/race.v16i1.12052>
- Beaver, W. H. (1968). The Information Content of Annual Earnings Announcements. *Journal of Accounting Research*, v. 6, pp. 67-92.
- Cameron, A. C.; Trivedi, P. K.. *Microeconometrics using stata*. College (Vol. 5). 2010.
- Chambers, D., Linsmeier, T. J., Shakespeare, C., & Sougiannis, T. (2007). An evaluation of SFAS No. 130 comprehensive income disclosures. *Review of Accounting Studies*, 12(4), 557–593. <https://doi.org/10.1007/s11142-007-9043-2>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). *Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) Apresenta;áo das Demonstrações Contábeis*.

http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf, recuperado em 2 de outubro de 2021.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2019). *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*. [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf), recuperado em 2 de outubro de 2021.

Curcino, G. M., Lemes, S., & Alves Botinha, R. (2014). Efeito do resultado abrangente nos indicadores de desempenho das companhias abertas brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(3), 24–40. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>, recuperado em 2 de outubro de 2021.

Dhaliwal, D., Subramanyam, K. R., & Trezevant, R. (1999). Is comprehensive income superior to net income as a measure of firm performance? *Journal of Accounting and Economics*, 26, 43–67.

Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro, Elsevier.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Harasheh, M., Doni, F., Franceschelli, M. V., & Amaduzzi, A. (2020). The value relevance of Other Comprehensive Income: Extensive evidence from Europe. *International Journal of Finance and Economics*, 1–17. <https://doi.org/10.1002/ijfe.1990>

Holthausen, R. W., Watts, R. L. (2001). The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, pp. 3-75.

Kanagaretnam, K., Mathieu, R., & Shehata, M. (2009). Usefulness of comprehensive income reporting in Canada. *Journal of Accounting and Public Policy*, 28(4), 349–365. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2009.06.004>

Madeira, F. L., & Costa Junior, J. V. da. (2015). Value relevance dos outros resultados abrangentes nas companhias abertas brasileiras. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(2), 204–217. <https://doi.org/10.14392/asaa.2015080204>

Ohlson, J. A. (1995). Earnings, book values, and dividends in equity valuation. *Contemporary accounting research*, 11(2), 661-687.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 76-97.